
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, COM
GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA
CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.**

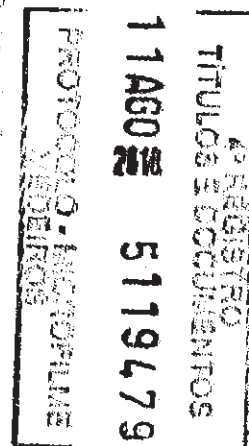
ENTRE

CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.,
na qualidade de emissora

SLW CORRETORA DE VALORES E CâMBIO LTDA.,
na qualidade de agente fiduciário

E

CAMARGO CORRÊA S.A.
na qualidade de garantidora



05 DE AGOSTO DE 2010



Handwritten signature

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

Pelo presente instrumento, de um lado

CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A., sociedade por ações com sede na Rua Funchal, n.º 160, Vila Olímpia, São Paulo, Capital, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.372.232/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a “Emissora” ou a “CCII”);

e, de outro lado

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA., sociedade limitada com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, n.º 717, 6º e 10º andares, São Paulo, Capital, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 50.657.675/0001-86, representando a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures da presente emissão (os “Debenturistas”), neste ato representada na forma de seu Contrato Social (o “Agente Fiduciário”),

e, como Interveniente Garantidora,

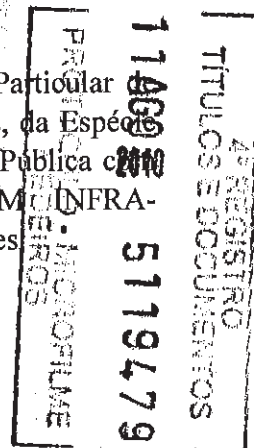
CAMARGO CORRÊA S.A., sociedade por ações com sede na Rua Funchal, n.º 160, Vila Olímpia, São Paulo, Capital, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 01.098.905/0001-09, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a “Garantidora” ou a “CCSA”).

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente Instrumento Particular Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A., (a “Escritura”), mediante as seguintes cláusulas e condições

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura é firmada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 30 de julho de 2010 (a “AGE”).

A concessão da Fiança (conforme definida na Cláusula 3.9.1 abaixo) pela CCSA foi deliberada pela Reunião do Conselho de Administração da CCSA realizada em 30 de julho de 2010 (a “RCA CCSA”).



f. l.



2



CLÁUSULA II REQUISITOS

A 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, com garantia fidejussória, pela Emissora (a “Emissão”), para distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) n.º 476, de 16 de janeiro de 2009 (a “Oferta” e a “Instrução CVM 476”, respectivamente), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na CVM e na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

A Oferta será realizada nos termos da Instrução CVM 476 estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição pública perante a CVM.

A Oferta também não será objeto de registro perante a ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

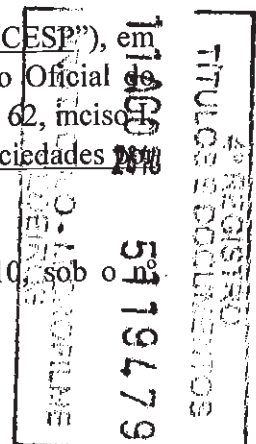
2.2. Arquivamento e Publicação da Ata da AGE

A ata da AGE foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”), em 04 de agosto de 2010, sob o nº 279.322/10-0, e será publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”) e (ii) no jornal “O Dia”, nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a “Lei das Sociedades por Ações”).

A ata da RCA CCSA foi arquivada na JUCESP, em 04 de agosto de 2010, sob o nº 279.321/10-7, e será publicada no (i) DOESP e (ii) no jornal “O Dia”.

2.3. Inscrição da Escritura na JUCESP

Esta Escritura e seus eventuais aditamentos (“Aditamentos”) serão arquivados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, bem como serão registrados ou averbados, conforme o caso, em cartório de registro de títulos e documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme disposto no artigo 129, item 3, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e alterações posteriores.



[Handwritten signature]
DIRETORIA
CCSA
JURÍDICO



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM
ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

2.4. Registro para Colocação e Negociação

2.4.1 As Debêntures (conforme abaixo definido) serão registradas para (a) distribuição pública no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada através da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto no item 2.4.2 abaixo, no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP.

2.4.2 Não obstante o descrito no item 2.4.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (os "Investidores Qualificados"), depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

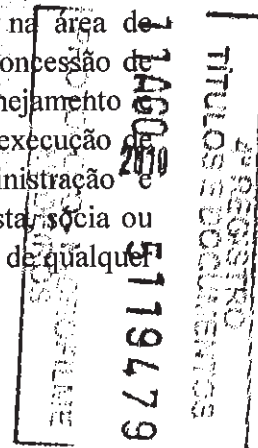
De acordo com o artigo 2º do Estatuto Social da Emissora, a Emissora tem por objeto social (i) a participação em outras sociedades, para realização de investimentos na área de exploração de obras e serviços ligados a infra-estrutura, através ou não da concessão de obras e serviços públicos; (ii) a prestação de serviços de assessoria, planejamento consultoria às sociedades das quais participa, direta ou indiretamente; (iii) a execução de serviços de construção e obras de engenharia; (iv) a operação, administração e gerenciamento de sistemas de infra-estrutura; (v) a participação como acionista, sócia ou quotista em outras sociedades, simples ou empresárias, e em empreendimentos de qualquer natureza, no Brasil e/ou no exterior; e (vi) outras atividades correlatas.

3.2. Número da Emissão

A presente Escritura constitui a 2ª Emissão de Debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais), sendo R\$325.000.000,00 (trezentos e vinte e cinco milhões de reais) para as Debêntures da



Handwritten signature



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

Primeira Série (conforme definidas abaixo) e R\$325.000.000,00 (trezentos e vinte e cinco milhões de reais) para as Debêntures da Segunda Série (conforme definidas abaixo).

3.4. Número de Séries

A Emissão será realizada em 2 (duas) séries.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição.

3.5.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A., na qualidade de coordenador líder da Oferta ("Bradesco BBI"), e do BB - Banco de Investimento S.A. ("BB-BI", e, em conjunto com o Bradesco BBI, os "Coordenadores"), conforme o "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição com Esforços Restritos de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Duas Séries, em Regime de Garantia Firme, da 2ª Emissão da Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A." a ser celebrado ("Contrato de Colocação").

3.5.2 O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, os Coordenadores, em conjunto, poderão acessar até no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.5.3 No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando estar cientes de que (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura.

3.5.4 A Emissora não poderá realizar uma nova emissão de debêntures antes que a totalidade das Debêntures seja colocada ou seja cancelado o saldo das Debêntures não colocado, nem negociar nova série da Emissão antes de colocada a anterior ou cancelado o saldo não colocado.

3.5.5 Adicionalmente, a Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM e observado o item 3.5.4. acima.

17460
2019
5139479
4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS

5





INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

3.6. Limite da Emissão

A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o capital social da Emissora, na data de assinatura desta Escritura, é de R\$ 725.270.513,65 (setecentos e vinte e cinco milhões, duzentos e setenta mil, quinhentos e treze reais e sessenta e cinco centavos) e, na Data de Emissão (conforme abaixo definida), não haverá debêntures de emissão da Emissora em circulação.

3.7. Banco Mandatário e Instituição Depositária

3.7.1 O banco mandatário e instituição depositária da Emissão será o Banco Bradesco S.A. ("Banco Mandatário" e "Instituição Depositária").

3.8. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Oferta serão destinados ao pagamento de obrigações financeiras da Emissora e das Controladas (conforme definidas abaixo) e realização de investimentos pela Emissora.

3.9. Garantia Fidejussória

3.9.1 A Garantidora neste ato obriga-se, solidariamente com a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadora, principal pagadora e solidariamente com a Emissora responsável por todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura, pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo o Valor Nominal Unitário das Debêntures, a Remuneração incidente sobre as Debêntures e os encargos moratórios devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura ("Fiança" e "Valor Garantido", respectivamente).

3.9.2 A Garantidora obriga-se a pagar o Valor Garantido no prazo de 2 (dois) dias úteis contados a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Garantidora informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer parte do Valor Garantido. Os pagamentos serão realizados pela Garantidora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura, fora do âmbito da CETIP.

11 AGO 2010 5119479

4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS

6

lit.

DIRETORIA
CCSA
JURÍDICA

ESTRUT. FINANCEIRA
CCSA

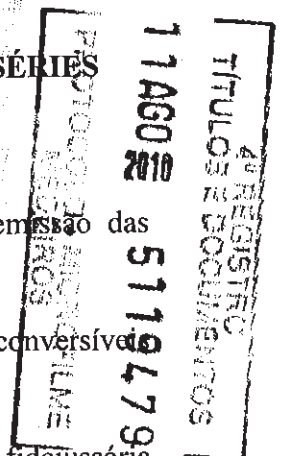
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM
ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

- 3.9.3 A Garantidora expressamente renuncia aos "benefícios" de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 821, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e alterações posteriores (o "Código Civil"), e nos artigos 77 e 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, e alterações posteriores (o "Código de Processo Civil").
- 3.9.4 A Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Cláusula 3.9, observado, entretanto, que a Garantidora desde já concorda e obriga-se a exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor honrado pela Garantidora nos termos da Fiança somente após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura.
- 3.9.5 A Fiança entrará em vigor na Data de Emissão (conforme abaixo definida), permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido.
- 3.9.6 A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido.

CLÁUSULA IV
CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES APLICÁVEIS ÀS DUAS SÉRIES

4.1. Características Básicas

- 4.1.1 **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data da emissão das Debêntures será 12 de agosto de 2010 ("Data de Emissão").
- 4.1.2 **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas e certificados.
- 4.1.3 **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia fidejussória prestada pela Garantidora nos termos da Cláusula 3.9 acima.
- 4.1.4 **Prazo e Data de Vencimento:** as Debêntures terão prazo de vencimento de 10 (dez) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se em 12 de agosto de 2020 ("Data de Vencimento").



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM
ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

4.1.5 Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures de cada série será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

4.1.6 Quantidade de Debêntures Emitidas: Serão emitidas 650 (seiscentas e cinquenta) Debêntures, divididas em 2 (duas) séries, sendo (i) 325 (trezentas e vinte e cinco) Debêntures na 1ª série (“Debêntures da Primeira Série”); e (ii) 325 (trezentas e vinte e cinco) Debêntures na 2ª Série (“Debêntures da Segunda Série”), referidas em conjunto com as Debêntures da Primeira Série como “Debêntures”).

4.2. Remuneração

4.2.1 A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração (“Remuneração”) que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário calculados, para ambas as séries, *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento. As Debêntures renderão juros correspondentes a (i) 116% (cento e dezesseis por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra-grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP em sua página de internet (www.cetip.com.br) (“Taxa DI”) para as Debêntures da Primeira Série; e (ii) 113% (cento e treze por cento) da Taxa DI para as Debêntures da Segunda Série. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Vencimento, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido abaixo ou, se for o caso, até a data do Resgate Antecipado (conforme abaixo definido), para ambas as séries.

4.2.1.1 O cálculo dos juros da Remuneração obedecerá a seguinte fórmula:

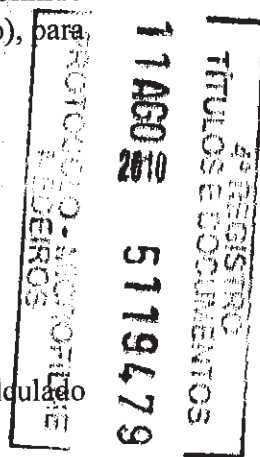
$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J - Valor da Remuneração devido no final do Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

VNe - Valor Nominal Unitário da Debênture no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

Fator DI = produtório das Taxas DI Over com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive,



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(\text{TDI}_k \times \frac{S}{100} \right) \right]$$

Onde:

k número de ordem de TDI_k , variando de 1 (um) até n_{DI} .

n_{DI} = número total de Taxas DI Over, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

S = Percentual aplicado sobre a Taxa DI (observado que o cálculo deverá ser realizado para as duas séries), informado com 2 (duas) casas decimais;

TDI_k = fator da Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

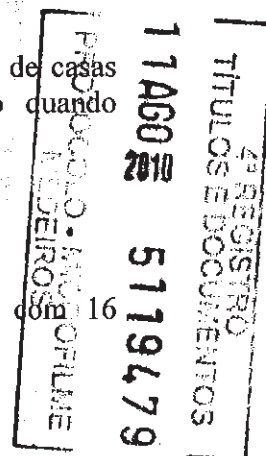
DI_k = Taxa DI de ordem k, em percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil, com 2 (duas) decimais.

4.2.1.2 A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

Observações:

(a) O fator resultante da expressão $\left[1 + \left(\text{TDI}_k \times \frac{S}{100} \right) \right]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.

(b) Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left[1 + \left(\text{TDI}_k \times \frac{S}{100} \right) \right]$ sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.



[Handwritten signature]



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

- (c) Se os fatores diários estiveram acumulados, considerar-se-á o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais com arredondamento.

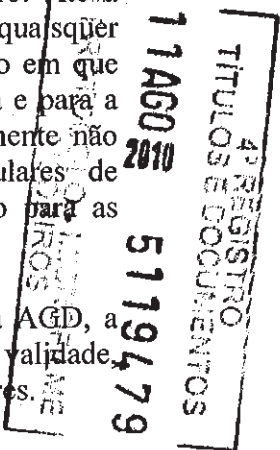
Para os fins desta Escritura, "Período de Capitalização" significa o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.2.1.3 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada na apuração de "TDI" a última Taxa DI disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI aplicável.

4.2.1.4 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na Cláusula X abaixo), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). A AGD será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura, e para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, a fórmula estabelecida no item 4.2.1.1 acima e para a apuração de "TDI" será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares de Debêntures, quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.2.1.5 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida AGD não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, voltará a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures.

4.2.1.6 Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias,



[Handwritten signature]



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

contados a partir da data da realização da respectiva AGD, qual a alternativa escolhida:

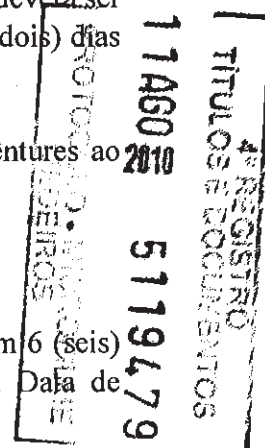
- (a) a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva AGD, pelo seu Valor Nominal Unitário, ou saldo do seu Valor Nominal Unitário não amortizado, nos termos desta Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão das Debêntures em questão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência da Taxa DI será utilizada a fórmula estabelecida no item 4.2.1.1 acima e para a apuração de "TDI" será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente; ou
- (b) a Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, não excedendo o prazo de vencimento final e o prazo médio de amortização das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida no item 4.4 a seguir, observado que, até a amortização integral das Debêntures será utilizada a Taxa Substitutiva. Caso a Taxa Substitutiva seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

4.2.1.7 Farão jus à Remuneração aqueles que forem titulares de Debêntures ao final do dia útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

4.3. Amortização do Principal

4.3.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será pago em 6 (seis) parcelas anuais e consecutivas a partir do 60º (sexagésimo) mês contado da Data de Emissão, conforme as datas e percentuais indicados a seguir:

DATA DE AMORTIZAÇÃO	PERCENTUAL DE AMORTIZAÇÃO DAS DEBÊNTURES DA PRIMEIRA SÉRIE
12 de agosto de 2015	16,6666%
12 de agosto de 2016	16,6666%
12 de agosto de 2017	16,6666%




DIRETOR
CCSA
JURÍDICO



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

12 de agosto de 2018	16,6666%
12 de agosto de 2019	16,6666%
12 de agosto de 2020	Saldo remanescente

4.3.2 O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será pago em 10 (dez) parcelas anuais e consecutivas a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão, conforme as datas e percentuais indicados a seguir:

DATA DE AMORTIZAÇÃO	PERCENTUAL DE AMORTIZAÇÃO DAS DEBÊNTURES DA SEGUNDA SÉRIE
12 de agosto de 2011	10%
12 de agosto de 2012	10%
12 de agosto de 2013	10%
12 de agosto de 2014	10%
12 de agosto de 2015	10%
12 de agosto de 2016	10%
12 de agosto de 2017	10%
12 de agosto de 2018	10%
12 de agosto de 2019	10%
12 de agosto de 2020	10%

4.4. Pagamento da Remuneração

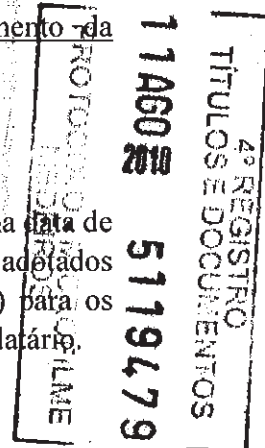
O pagamento da Remuneração, para ambas as séries, será realizado anualmente a partir da Data de Emissão, em 12 de agosto de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 12 de agosto de 2011 e o último na Data de Vencimento (“Datas de Pagamento da Remuneração”).

4.5. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas serão efetuados pela Emissora na data de seu respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; e/ou (ii) para os Debenturistas que não estejam vinculados a esse sistema, por meio do Banco Mandatário.

4.6. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, previstas e decorrentes desta Escritura, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem



[Handwritten signature]



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.7. Encargos Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.7. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.9. Forma de Subscrição e Integralização

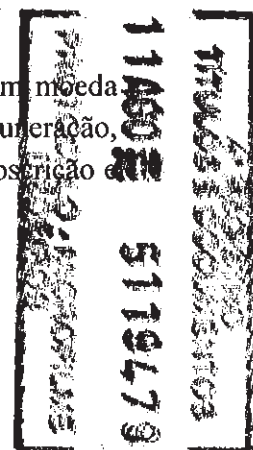
A integralização das Debêntures será realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização.

4.10. Repactuação

Não haverá repactuação das Debêntures.

4.11. Publicidade

Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – *internet* (www.camargocorrea.com.br).



[Handwritten signature]



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

4.12. Comprovação de Titularidade das Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, quando as Debêntures estiverem custodiadas na CETIP, será expedido por esta um extrato em nome do Debenturista.

4.13. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Instituição Depositária, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes das datas previstas de pagamento das Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

4.14. Aquisição Facultativa

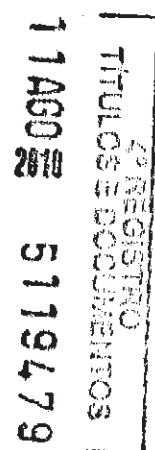
A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476.

CLÁUSULA V ADITAMENTO À PRESENTE ESCRITURA

Quaisquer Aditamentos a esta Escritura deverão ser arquivados na JUCESP e averbados no cartório de registro de títulos e documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.

CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO

6.1. A Emissora poderá resgatar antecipadamente as Debêntures da Primeira Série e/ou as Debêntures da Segunda Série, a qualquer tempo, integral ou parcialmente, mediante comunicação escrita ao Agente Fiduciário e publicação de aviso aos Debenturistas a ser realizado no jornal "O Dia", com antecedência mínima de 5 (cinco) dias ("Comunicação de Resgate" e "Aviso aos Debenturistas", respectivamente). O valor de resgate devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração da respectiva série, do Prêmio de Resgate Antecipado (conforme abaixo definido), conforme aplicável, e demais encargos devidos e não pagos até a data do efetivo resgate antecipado ("Resgate Antecipado" e "Data de Resgate").



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM
ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

6.1.1 Na Comunicação de Resgate e no Aviso aos Debenturistas deverão constar (i) a série das Debêntures objeto de Resgate Antecipado e a Data de Resgate, (ii) se o Resgate Antecipado será total ou parcial, (iii) o valor de resgate correspondente ao pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures objeto do Resgate Antecipado, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento; e (b) do Prêmio de Resgate Antecipado a ser calculado de acordo com o item 6.2 abaixo, e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado.

6.2. A Emissora pagará um prêmio de Resgate Antecipado equivalente a um percentual do Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração devida desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Resgate, calculado *pro rata temporis* ("Prêmio de Resgate Antecipado"), sendo que referido percentual será igual a:

- (i) para as Debêntures da Primeira Série: de (a) 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o valor resgatado antecipadamente, se o Resgate Antecipado ocorrer antes do decurso do prazo de 60 (sessenta) meses contado da Data de Emissão, inclusive, ou seja, até 12 de agosto de 2015, inclusive; ou (b) 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor resgatado antecipadamente, se o Resgate Antecipado ocorrer após o decurso do prazo de 60 (sessenta) meses contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 12 de agosto de 2015, exclusive; e
- (ii) para as Debêntures da Segunda Série: de (a) 1% (um por cento) sobre o valor resgatado antecipadamente, se o Resgate Antecipado ocorrer entre a Data de Emissão e 12 de agosto de 2011, inclusive; (b) 0,90% (noventa centésimos por cento) sobre o valor resgatado antecipadamente, se o Resgate Antecipado ocorrer entre 12 de agosto de 2011, exclusive, e 12 de agosto de 2012, inclusive; (c) 0,80% (oitenta centésimos por cento) sobre o valor resgatado antecipadamente, se o Resgate Antecipado ocorrer entre 12 de agosto de 2012, exclusive, e 12 de agosto de 2013, inclusive; (d) 0,70% (setenta centésimos por cento) sobre o valor resgatado antecipadamente, se o Resgate Antecipado ocorrer entre 12 de agosto de 2013, exclusive, e 12 de agosto de 2014, inclusive; (e) 0,60% (sessenta centésimos por cento) sobre o valor resgatado antecipadamente, se o Resgate Antecipado ocorrer entre 12 de agosto de 2014, exclusive, e 12 de agosto de 2015, inclusive; (f) 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o valor resgatado antecipadamente, se o Resgate Antecipado ocorrer entre 12 de agosto de 2015, exclusive, e 12 de agosto de 2016,

11460
TÍTULOS E DOCUMENTOS
5119479



inclusive; (g) 0,40% (quarenta centésimos por cento) sobre o valor resgatado antecipadamente, se o Resgate Antecipado ocorrer entre 12 de agosto de 2016, exclusive, e 12 de agosto de 2017, inclusive; (h) 0,30% (trinta centésimos por cento) sobre o valor resgatado antecipadamente, se o Resgate Antecipado ocorrer entre 12 de agosto de 2017, exclusive, e 12 de agosto de 2018, inclusive; (i) 0,20% (vinte centésimos por cento) sobre o valor resgatado antecipadamente, se o Resgate Antecipado ocorrer entre 12 de agosto de 2018, exclusive, e 12 de agosto de 2019, inclusive; e (j) 0,10% (dez centésimos por cento) sobre o valor resgatado antecipadamente, se o Resgate Antecipado ocorrer entre 12 de agosto de 2019, exclusive, e 11 de agosto de 2020, inclusive.

6.2.1 A CETIP deverá ser comunicada da realização do Resgate Antecipado com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

6.3. Em caso de Resgate Antecipado parcial, aplicar-se-á o disposto no parágrafo 1º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. Neste caso, o Resgate Antecipado parcial deverá ser realizado, para as Debêntures custodiadas no SND, conforme procedimentos adotados pela CETIP, através de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste à presente Escritura ou qualquer outra formalidade.

6.4. As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser liquidadas e canceladas pela Emissora.

6.5. O Prêmio de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série não será devido se parte ou totalidade dos recursos utilizados para pagamento do valor devido aos titulares de Debêntures da Primeira Série a título de Resgate Antecipado forem captados pela Emissora no âmbito de operação (i) na qual o Bradesco BBI participe, ou (ii) em relação à qual a Emissora tenha outorgado ao Bradesco BBI o direito de preferência para a sua realização e o Bradesco BBI, a seu exclusivo critério, não exerça referido direito de preferência, observado o disposto no Contrato de Colocação.

6.6. O Prêmio de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série não será devido se os recursos utilizados para pagamento do valor devido aos titulares de Debêntures da Segunda Série a título de Resgate Antecipado forem captados pela Emissora no âmbito de operação (i) na qual o BB-BI participe, ou (ii) em relação à qual a Emissora tenha outorgado ao BB-BI o direito de preferência para a sua realização e o BB-BI, a seu

4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
11AGO2018 5119479


DIRETORIA
GCSA
JURIDICO

16


DIRETORIA
FINANCEIRA
GCSA

exclusivo critério, não exerça referido direito de preferência, observado o disposto no Contrato de Colocação.

6.7. Nas hipóteses mencionadas nos itens 6.5 e 6.6 acima, caberá ao Agente Fiduciário verificar a exigibilidade e regularidade do pagamento do Prêmio de Resgate Antecipado.

CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. É facultado ao Agente Fiduciário, mediante prévio aviso à Emissora, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado acrescido da Remuneração da respectiva série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e demais encargos devidos e não pagos até a data do vencimento antecipado, apurado na forma da lei, nas seguintes hipóteses:

- (a) descumprimento pela Emissora, de quaisquer de suas respectivas obrigações pecuniárias previstas e assumidas nesta Escritura e em especial àquelas referentes ao pagamento do Valor Nominal Unitário, Remuneração e demais encargos pactuados nas Debêntures;
- (b) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures estabelecida nesta Escritura, incluindo aquelas elencadas na Cláusula VIII abaixo, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias da comunicação do referido descumprimento: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (ii) pelo Agente Fiduciário à Emissora, o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico de cura;
- (c) decretação do vencimento antecipado de qualquer operação financeira (empréstimos locais e no estrangeiro, instrumentos derivativos e outras operações similares) ou de mercado de capitais contratada pela Emissora, por quaisquer sociedades direta ou indiretamente sujeitas ao seu controle exclusivo (não compartilhado) ("Controladas") ou pela Garantidora, cujo vencimento antecipado tenha decorrido do descumprimento de obrigações pecuniárias, em montante unitário ou agregado igual ou superior a (i) R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) para a Emissora; ou (ii) R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para a Garantidora ou Controladas individualmente consideradas;
- (d) decretação do vencimento antecipado de qualquer operação financeira (empréstimos locais e no estrangeiro, instrumentos derivativos e outras operações similares) ou de

11 AGO 2013 5119479
4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

mercado de capitais contratada pela Emissora, por quaisquer Controladas ou pela Garantidora, cujo vencimento antecipado tenha decorrido do descumprimento de obrigações não pecuniárias, em montante unitário ou agregado igual ou superior a (i) R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) para a Emissora; ou (ii) R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para a Garantidora ou Controladas individualmente consideradas;

- (e) mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário da Emissora, direta ou indiretamente, de forma que seus atuais controladores: (i) passem a possuir menos de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação do seu capital votante; ou (ii) deixem por qualquer motivo de exercer o seu controle societário efetivo, bem como se houver incorporações, cisões, fusões ou reorganizações societárias que resultem em alteração do controle societário efetivo da Emissora, exceto se houver prévia anuência dos Debenturistas na forma prevista nesta Escritura;
- (f) se a Emissora sofrer protestos de título(s) com valor individual ou agregado superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), exceto se o protesto for decorrente de erro ou má-fé de terceiros, devidamente comprovados pela Emissora e revogados em até 30 (trinta) dias contados do efetivo protesto;
- (g) (i) decretação de falência da Emissora ou de quaisquer de suas Controladas; (ii) pedido de autofalência pela Emissora ou pelas suas Controladas; (ii) pedido pela Emissora, suas controladoras ou quaisquer de suas Controladas de recuperação extrajudicial ou judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; (iii) pedido de falência da Emissora ou de suas Controladas formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; e/ou (iv) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- (h) não pagamento, no prazo legal, pela Emissora de valor devido em decorrência de decisão judicial transitada em julgado contra a Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais), desde que referida decisão possa prejudicar de forma adversa e relevante a situação econômico-financeira da Emissora;
- (i) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações do capital social da Emissora;
- (j) transformação da Emissora em sociedade limitada; e



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

(k) comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura e/ou no Contrato de Colocação provaram-se falsas, incorretas, incompletas ou enganosas em qualquer aspecto relevante na data em que foram prestadas, não sanado no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de comunicação da referida comprovação (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (ii) pelo Agente Fiduciário à Emissora, o que ocorrer primeiro, salvo nos casos em que houver prazo específico.

7.1.1 Os valores mencionados nas alíneas (c), (d), (f) e (h) acima serão reajustados ou corrigidos pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM.

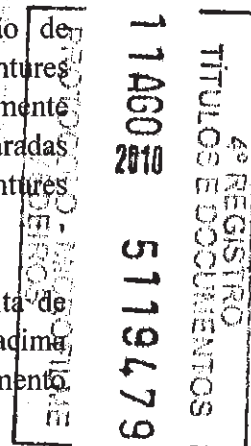
7.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (c), (f), (g) e (j) do item 7.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, desde que respeitados os prazos estabelecidos em cada uma das alíneas do item 7.1, ficando o vencimento condicionado à entrega de notificação nesse sentido, pelo Agente Fiduciário à Emissora.

7.3. Na ocorrência dos eventos previstos nas alíneas (b), (d), (e), (h), (i) e (k) do item 7.1 acima, deverá ser convocada uma AGD, em até 05 (cinco) dias úteis contados da data em que os titulares das Debêntures tomarem conhecimento do evento, para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X abaixo e o quorum específico estabelecido no item 7.3.1 abaixo. A AGD prevista nesta Cláusula poderá também ser convocada pela Emissora, ou na forma do item 10.1 abaixo.

7.3.1 A AGD de que trata o item 7.3 acima poderá optar, por deliberação de Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar vencidas antecipadamente as Debêntures. Especialmente em relação à alínea "(e)" do item 7.1 acima, o quorum para que não sejam declaradas vencidas antecipadamente as Debêntures será de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

7.3.2 Na hipótese (i) de não instalação da AGD mencionada no item 7.3 por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 7.3.1 acima, pelo quorum mínimo de deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos indicados no item 7.1 acima.

7.4. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em Circulação acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, devidos até a data do envio da notificação de que trata o item 7.2 acima ou da data da realização da AGD nos termos do item 7.3 acima,



Handwritten signature



conforme o caso, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão.

7.5. O pagamento dos valores mencionados no item 7.4 acima, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, será realizado em até 2 (dois) dias úteis contados da comunicação escrita a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos nesta Escritura de Emissão.

CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. A Emissora assume as seguintes obrigações:

- (a) sempre que houver e, enquanto permanecer em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, não distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio além do mínimo obrigatório definido pela Lei das Sociedades por Ações, sem a prévia e expressa autorização por escrito dos Debenturistas;
- (b) fornecer ao Agente Fiduciário, em tempo hábil a partir da data do recebimento da respectiva solicitação, todas as informações razoáveis, incluindo, mas não se limitando todas aquelas previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, de forma correta e completa, que sejam necessárias para a consumação da Oferta ou cumprimento de seus deveres nos termos desta Escritura. A Emissora será responsável pela suficiência e veracidade das informações fornecidas, obrigando-se a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por eventuais prejuízos diretos e devidamente comprovados decorrentes de imprecisões, inveracidades ou omissões relativas a tais informações;
- (c) fornecer ao Agente Fiduciário no prazo de até 10 (dez) dias úteis a partir da data do recebimento da respectiva solicitação, qualquer informação que seja solicitada para a defesa dos interesses dos Debenturistas, observada a legislação aplicável e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora;
- (d) fornecer ao Agente Fiduciário vias originais desta Escritura e de eventuais Aditamentos devidamente arquivadas na JUCESP em até 15 (quinze) dias contados a partir da respectiva data de assinatura;

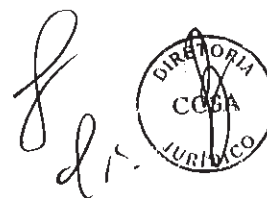
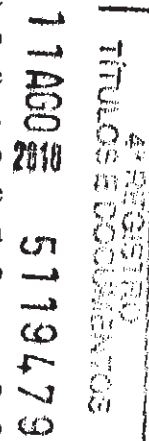
4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
1146022 5119479

[Assinatura]
DIRETORIA
COAA
JURÍDICO

ESCRITURA FIDUCIÁRIA
COAA

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

- (e) manter-se adimplente com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Oferta, exceto aqueles objeto de contestação administrativa ou judicial;
- (f) prestar informações, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora, de valor individual ou agregado (sempre quando da mesma natureza) superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- (g) preparar demonstrações financeiras, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (h) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (i) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (j) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (k) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento de seu exercício social, e manter tais demonstrações financeiras em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 3 (três) anos contados de sua disponibilização. Exclusivamente para fins de vencimento antecipado das Debêntures, o vencimento antecipado somente será decretado se a obrigação de divulgação prevista neste inciso não for cumprida em até 30 (trinta) dias contados do término do prazo para divulgação das demonstrações financeiras, observado o procedimento disposto no item 7.3 acima;
- (l) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002 (“Instrução CVM 358”);
- (m) encaminhar qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário e quaisquer informações a respeito da ocorrência de qualquer descumprimento das obrigações previstas nesta Escritura, de natureza pecuniária ou não, incluindo mas não se limitando aos eventos indicados



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

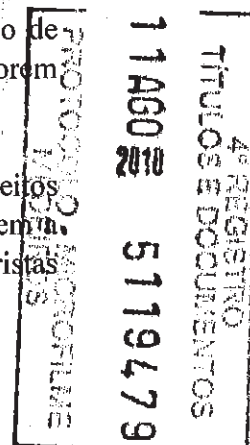
no item 7.1 acima, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a cobrança feita pelo Agente Fiduciário ou após a ocorrência do descumprimento;

- (n) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário e Instituição Depositária, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- (o) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, desde que previamente aprovadas pela Emissora, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao Debenturista nos termos desta Escritura;
- (p) rigoroso cumprimento pela Emissora, em seus aspectos relevantes, ao disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão.
- (q) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (r) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, inclusive com envio de documentos, se for o caso prestando, ainda, todas as informações que lhes forem solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP; e
- (s) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

CLÁUSULA IX
AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura, SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA., qualificado no preâmbulo desta



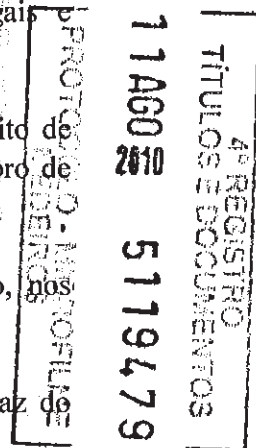
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

9.2. Declaração

9.2.1 O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) na Data de Emissão, não terá qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) na Data de Emissão, não terá qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) na Data de Emissão, não se encontrará em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28 de 23 de novembro de 1983;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exeqüível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (k) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

- (l) que verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto no item 3.6 da presente Escritura.

9.3. Substituição

9.3.1 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, a AGD será realizada dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto no item 9.3.7 abaixo.

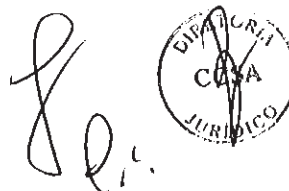
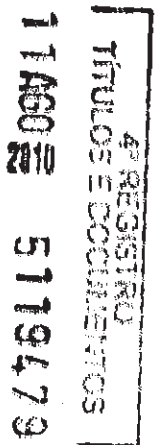
9.3.2 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

9.3.3 A nomeação do novo Agente Fiduciário será aprovada mediante deliberação de Debenturistas que representem no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação.

9.3.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita (a) ao quorum previsto no item 9.3.3 acima; e (b) à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM n.º 28 de 23 de novembro de 1983; e eventuais normas posteriores.

9.3.5 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCESP.

9.3.6 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a data de vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

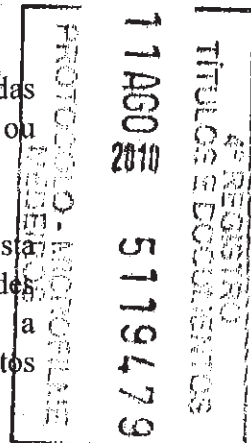
9.3.7 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD.

9.3.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

9.4. Deveres

9.4.1 Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos Aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;

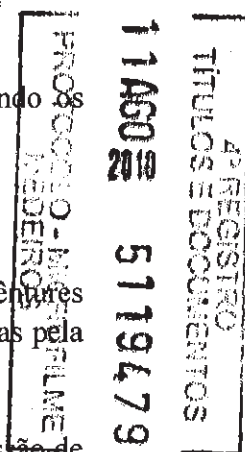


[Handwritten signature]
DIRETOR
CMA
JURÍDICO



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (j) convocar, quando necessário, a AGD mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos no item 4.11, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (k) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - 1.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - 1.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - 1.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - 1.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - 1.5) resgate, amortização, e pagamento de remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - 1.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - 1.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento, inclusive quanto à ocorrência dos eventos previstos nos itens do item 7.1;



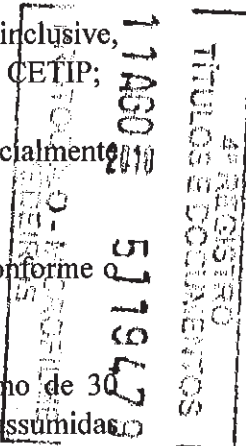
[Handwritten signature]
DIRETOR
CASA
JURÍDICO



- l.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
- l.9) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora.
- (m) disponibilizar o relatório de que trata o inciso “(l)” aos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- m.1) na sede da Emissora;
- m.2) na sede do Agente Fiduciário;
- m.3) na CVM;
- m.4) na CETIP; e
- m.5) na sede dos Coordenadores.
- (n) publicar, nos órgãos da imprensa referidos no item 4.11, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso “(m)”;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário e Instituição Depositária, à CETIP;
- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente das daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (q) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas ou amortizadas, conforme o caso;
- (r) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

1) à CVM; e

2) à CETIP;



- (s) acompanhar a ocorrência dos eventos previstos no item 7.1 e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos;
- (t) manter atualizado o cálculo da Remuneração das Debêntures e divulgá-lo aos Debenturistas ou à CETIP sempre que solicitado; e
- (u) verificar a exigibilidade e regularidade do pagamento do Prêmio de Resgate Antecipado.

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1 O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2 Observado o disposto no item 7.2, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas 9.5.1(a), 9.5.1(b) e 9.5.1(c) do item 9.5.1 acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, observado que, para a alínea 9.5.1(a) acima, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação (exceto na hipótese da alínea (e) do item 7.1. acima, que dependerá de Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação), por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures nos termos do item 7.3.1 desta Escritura, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea 9.5.1(d) do item 9.5.1 acima.

4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
11 AGO 2010 5119479


DIRETORA
CCSA
JURÍDICA

28


ESTRUT. FINANCEIRA
CCSA

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

9.6. Remuneração do Agente Fiduciário

Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e da Escritura, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade receberá uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

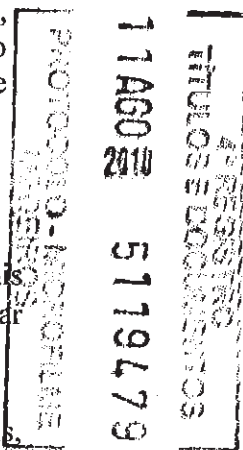
- (a) Parcelas anuais de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), sendo a primeira devida no 5º dia útil após a data de liquidação financeira das Debêntures e as demais a cada 12 (doze) meses após o pagamento da primeira parcela;
- (b) As parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do IGPM ou, na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro-rata die*.
- (c) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% ao mês e multa de 2%.
- (d) As parcelas serão acrescidas de (i) Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS) (ii) Programa de Integração Social (PIS); (iii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e (iv) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o imposto de renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.
- (e) A remuneração do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao seu pagamento por um período superior a 30 (trinta) dias, será suportada pelos debenturistas, assim como as despesas reembolsáveis, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia aos debenturistas para cobertura de risco de sucumbência.

9.7. Despesas

9.7.1 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário, de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, desde que previamente comprovadas e autorizadas pela Emissora.

9.7.2 O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado, em 10 (dez) dias úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

9.7.3 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora,



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

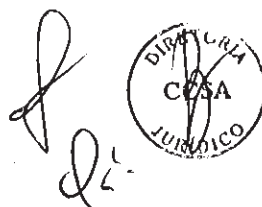
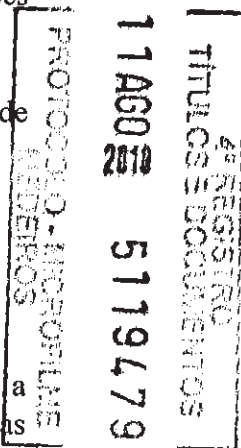
desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.7.4 As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas;
- (e) Despesas com cartórios e com correios necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário.

**CLÁUSULA X
ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

Os Debenturistas da Primeira Série e/ou os Debenturistas da Segunda Série poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas titulares de Debêntures da Primeira Série e/ou dos Debenturistas titulares de Debêntures da Segunda Série, conforme o caso.



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

10.1. Convocação

10.1.1 A AGD de cada uma das séries pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas de cada uma das séries que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

10.1.2 A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.3 As AGDs deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

10.1.4 As deliberações tomadas pelos Debenturistas de cada uma das séries, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação da respectiva série, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

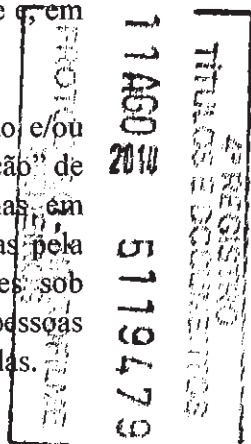
10.2. Quorum de Instalação

10.2.1 A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação da respectiva série e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

10.2.2 Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" de cada uma das séries todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

10.3. Mesa Diretora

A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM
ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

10.4. Quorum de Deliberação

10.4.1 Nas deliberações da AGD de cada uma das séries, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto se de outra forma disposto nesta Escritura, alterações nos termos e condições desta Escritura deverão ser aprovadas seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em Circulação da respectiva série.

10.4.2 Nas deliberações da AGD que tenham por objeto alterar a (i) Remuneração; (ii) as datas de amortização das Debêntures e suas características estabelecidas no item 4.3 acima; (iii) Data de Vencimento; (iv) quoruns de deliberação de AGD previstos neste item 10.4; e (v) hipóteses de vencimento antecipado, conforme previstas no item 7.1 acima, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem no mínimo 90% (noventa por cento) do total das Debêntures em Circulação da respectiva série. O quorum previsto para alterar as hipóteses de vencimento antecipado, conforme item (v) deste item 10.4.2, não guarda qualquer relação com o quorum para declaração de vencimento antecipado estabelecido no item 7.3.1 acima.

10.4.3 Não estão incluídos no quorum a que se refere o item 10.4.1 acima os quoruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura.

10.4.4 Toda e qualquer alteração dos quoruns previstos nesta Escritura dependerá da aprovação dos Debenturistas com um quorum no mínimo igual ao qual está sendo alterado.

10.4.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora na AGD.

10.4.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

11.1. A Emissora e a Garantidora declaram e garantem aos Coordenadores que:

- (a) são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de sociedades anônima de capital fechado de acordo com as leis brasileiras e estão devidamente autorizadas a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações não infringem nenhuma obrigação relevante anteriormente assumida;

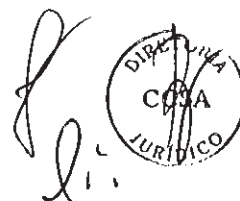
 

11 AGO 2011 5119479
TÍTULOS E DOCUMENTOS
FOTOCOPIADO



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM
ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

- (c) esta Escritura constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculante, exeqüível de acordo com os seus termos e condições;
- (d) a celebração desta Escritura, as Debêntures e a Fiança não infringem disposição legal, contrato ou instrumento dos quais a Emissora seja parte nem resultará em (i) vencimento antecipado de obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (ii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (iii) na criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou da Garantidora;
- (e) estão devidamente autorizadas a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações, e obtiveram todas as licenças, autorizações e consentimentos necessários, inclusive, mas sem limitação, aprovações societárias, à emissão das Debêntures e à outorga da fiança, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (f) as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura constituem obrigações diretas, incondicionais e não subordinadas;
- (g) as operações e propriedades da Emissora e da Garantidora cumprem, em todos os aspectos relevantes, com as leis, regulamentos e licenças ambientais em vigor; não há quaisquer circunstâncias que possam razoavelmente embasar uma ação ambiental contra a Emissora ou a Garantidora, nos termos de qualquer lei ambiental, que possa razoavelmente ter um Efeito Material Adverso (conforme abaixo definido);
- (h) a Emissora e a Garantidora declaram que pagaram todos os tributos e contribuições previdenciárias, juntamente com todos os juros e penalidades quando aplicáveis, outros que não o pagamento de tributos e contribuições previdenciárias (i) cujo não pagamento não acarretaria um Efeito Material Adverso ou (ii) que estejam sendo contestados de boa-fé pelos meios adequados e para os quais a Emissora e a Garantidora, conforme o caso, tenha feito reservas apropriadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (i) a Emissora e a Garantidora cumprem em todos os aspectos relevantes todas as leis e regulamentos trabalhistas e previdenciários aplicáveis (inclusive dissídios coletivos), relativos a todos os seus empregados, inclusive, sem limitação, aqueles relativos a salários, jornada de trabalho, práticas trabalhistas equitativas, saúde, segurança, exceto na medida em que o descumprimento dessas leis e regulamentos não possa razoavelmente resultar em um Efeito Material Relevante;
- (j) a Emissora e a Garantidora cumprem, em todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que lhe são aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, (i) exceto com relação àquelas que estão sendo



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM
ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

contestadas pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé e (ii) exceto na medida em que o descumprimento de tais leis, regulamentos, normas administrativas e determinações não possa razoavelmente resultar em um Efeito Material Adverso;

- (k) a Emissora e a Garantidora, nesta data, (i) detêm todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes necessárias para o exercício de suas atividades; (ii) observam e cumprem, em todos os seus aspectos relevantes, seus estatutos sociais ou quaisquer obrigações e/ou condições contidas em contratos, acordos, hipotecas, escrituras, empréstimos, contratos de crédito, notas promissórias, contratos de arrendamento mercantil ou outros contratos ou instrumentos dos quais sejam parte ou possam estar obrigada, exceto nos casos em que o descumprimento ou a violação ou inadimplemento referidos não possam razoavelmente acarretar um Efeito Material Adverso; e (iii) cumprem, em todos os seus aspectos relevantes, com a legislação brasileira em vigor; sendo que o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura e da Emissão não resultará em violação de qualquer lei aplicável, estatuto, regra, sentença, regulamentação, ordem, mandado, decreto judicial ou decisão de qualquer tribunal, nacional ou estrangeiro;
- (l) não há ações judiciais, processos, arbitragem, de qualquer natureza, incluindo sem limitação, cíveis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias contra a Emissora e/ou a Garantidora, que, de acordo com o melhor conhecimento da Emissora e da Garantidora razoavelmente poderiam, individual ou conjuntamente, ter um Efeito Material Adverso;
- (m) a Emissora e a Garantidora mantêm cobertura de seguro com seguradoras de reconhecida capacidade financeira contra perdas e riscos e em valores que estão de acordo com a região geográfica e os negócios em que estão engajadas. A Emissora e a Garantidora não têm qualquer razão para acreditar que não conseguirão renovar os seguros existentes quando expirar a cobertura ou obter cobertura conforme necessário para dar continuidade aos seus negócios a um custo que não resultaria razoavelmente em Efeito Material Adverso;
- (n) a Emissora e a Garantidora mantêm um sistema de controle interno de contabilidade suficiente para garantir razoavelmente que: (i) as operações sejam executadas de acordo com as autorizações gerais e específicas da administração da Emissora e da Garantidora; e (ii) as operações sejam registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e para manter contabilidade dos ativos da Emissora e da Garantidora;
- (o) a Emissora e a Garantidora possuem e detêm o título de todas as patentes, direitos de patente, marcas comerciais, marcas de serviço, nomes e bandeiras comerciais, direitos autorais e obras sob direitos autorais, segredos comerciais e informações comerciais confidenciais, *software* e outros direitos de propriedade intelectual similares necessários para capacitá-la a continuar conduzindo, em todos os aspectos

11 AGO 2010 5119479

4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS

[Assinatura]
CASA
JURÍDICO

ESTRUT. FINANCEIRA
CASA

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM
ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

relevantes, seus negócios da forma como são atualmente conduzidos, exceto onde a falta deste título não possa razoavelmente resultar em um Efeito Material Adverso;

- (p) na Data de Liquidação e, imediatamente após, a Emissora, após a colocação das Debêntures pelos Coordenadores, será solvente, nos termos da legislação brasileira;
- (q) a Emissora e a Garantidora não omitiram dos Coordenadores nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seus conhecimentos e que possa razoavelmente resultar em Efeito Material Adverso;
- (r) todas as informações prestadas pela Emissora e pela Garantidora aos Coordenadores anteriormente ou concomitantemente à presente data, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, são corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos relevantes na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;
- (s) as demonstrações financeiras da Emissora e da Garantidora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009 são verdadeiras, completas e corretas em todos os aspectos relevantes na data em que foram preparadas; refletem, de forma clara e precisa, a posição financeira e patrimonial, os resultados, operações e fluxos de caixa da Emissora e da Garantidora no período e foram auditadas;
- (t) as demonstrações financeiras da Emissora e da Garantidora acima referidas foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve, no melhor entendimento da Emissora, nenhum fato que pudesse razoavelmente causar um Efeito Material Adverso à Emissora e/ou à Garantidora;
- (u) a Emissora e a Garantidora ou qualquer de seus bens não possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal no Brasil ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição, exceto com relação a aqueles bens que são objeto de concessões governamentais e considerados de interesse público;
- (v) todas as declarações e garantias relacionadas à Emissora e à Garantidora que constam desta Escritura são, na data de assinatura desta Escritura, verdadeiras, corretas consistentes e suficientes em todos os seus aspectos materiais;

11.2. Para fins desta Cláusula, “Efeito Material Adverso” significa qualquer circunstância ou fato, atual ou contingente, alteração ou efeito sobre a Emissora e/ou sobre a Garantidora,

11 AGO 2009 5119479

4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS

[Assinatura]



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM
ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

que modifique adversamente a condição econômica, financeira, jurídica ou de qualquer outra natureza, da Emissora e/ou da Garantidora, de modo a afetar a capacidade da Emissora e/ou da Garantidora de cumprir com suas obrigações decorrentes desta Escritura, da Emissão e da Oferta.

CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A.

Rua Funchal, nº 160, Vila Olímpia

CEP 04551-903, São Paulo - SP

At.: Sr. Francisco Caprino Neto

Tel.: (11)3841-5627

Fax: (11)3841-5733

E-mail: fcaprino@camargocorrea.com.br

Com cópia para:

Camargo Corrêa S.A.

Rua Funchal, nº 160, Vila Olímpia

CEP 04551-903, São Paulo - SP

At.: Sr. Marcio Garcia de Souza

Tel.: (11)3841-5073

Fax: (11)3841-5733

E-mail: marcio.garcia@camargocorrea.com.br

Para a Garantidora:

Camargo Corrêa S.A.

Rua Funchal, nº 160, Vila Olímpia

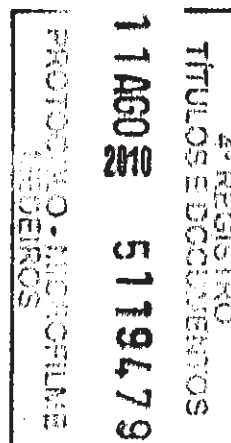
CEP 04551-903, São Paulo - SP

At.: Sr. Marcio Garcia de Souza

Tel.: (11)3841-5073

Fax: (11)3841-5733

E-mail: marcio.garcia@camargocorrea.com.br



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

Para o Agente Fiduciário:

SLW Corretora de Valores e Câmbio LTDA.

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 717, 6º andar

CEP 04530-001, São Paulo - SP

At.: Srs. Felipe Coimbra Aloí André e Gregoli Tasso

Tel.: (11) 3048-9763/(11) 3048-9915

Fax: (11)3048-9910

E-mail: felipe@slw.com.br e gregoli@slw.com.br

Para o Banco Mandatário:

Banco Bradesco S.A.

Vila Yara, Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º Andar

CEP 06029-900, Osasco - SP

At.: Sr. José Donizetti de Oliveira

Tel.: (11)3684-3749

Fax: (11)3684-5646

E-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br e 4010.donizetti@bradesco.com.br

Para a CETIP

CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar, Jardim Paulistano

CEP 01452-001, São Paulo - SP

Tel.: (11)3111-1596

Fax: (11)3111-1564

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

12.2. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, de forma que nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11460 5119479

4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM
ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.**

12.3. Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

12.4. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

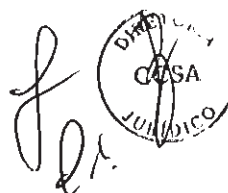
12.5. Foro

Fica eleito o foro Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 05 de agosto de 2010.

TÍTULOS E DOCUMENTOS
11A60 5119479
PROTOCOLO - MICROFILME
REGISTROS



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM
ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

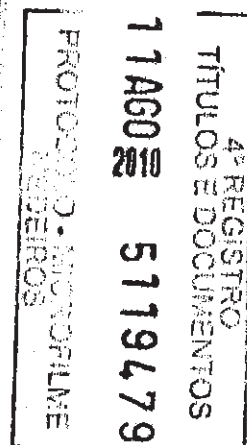
CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.



Nome: Francisco Caputo Neto
Cargo: Diretor Superintendente



Nome: Marcelo Pires Oliveira Dias
Cargo: Diretor



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM
ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

CAMARGO CORRÊA S.A.



Nome: **Rodrigo Cardoso Barbosa**
Cargo: **Diretor de Finanças e Planejamento**



Nome: **Bruno Machado Farla**
Cargo: **Diretor de Assuntos Corporativos**

REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
11 AGO 2014 5119479
PROTOCOLO - MICROFILME
FIDEJUSSÓRIOS



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM
ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.

Nome:

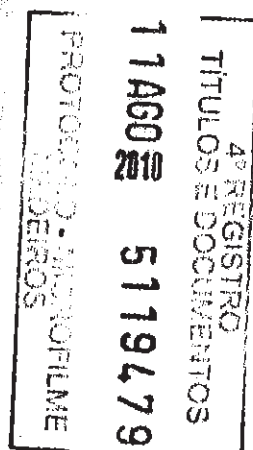
Cargo:

Felipe Colmbra Aloí André
Diretoria Compliance
SLW CVC Ltda.

Nome:

Cargo:

Gregoli Pedroso Tasso
Depto. Agente Fiduciário
SLWCVC LTDA.



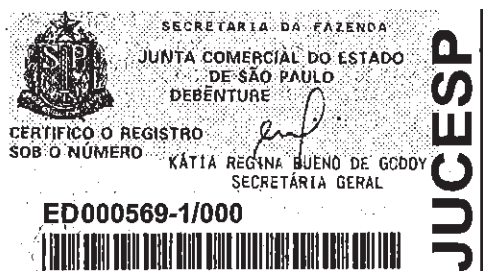
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM
ESFORÇOS RESTRITOS, DA CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.

Testemunhas:

Niley Contelli Marsic
Nome: NILEY CONTELLI MARSIC
R.G.: 29.346.678-6
CPF/MF: 391.155.308-09

Flávia Vieira Molina
Nome: Flávia Vieira Molina
R.G.: 30760600-0
CPF/MF: 338.840.448-74



EMOL 6.636,66
ESTADO 1.886,23
IPESP 1.397,20
R.CIVIL 349,30
T.J. 349,30
TOTAL 10.618,69
Selos e taxas
Recolhidos p/verba

4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos
e Civil de Pessoa Jurídica
CNPJ: 00.346.719/0001-89
Rua XV de Novembro, nº 251- 2º andar - Centro
Tel.: 3241-0033 - CEP 01013-001 - São Paulo - SP

Protocolado e prenotado sob nº 17924
em 11/08/2010 e registrado hoje, em
microfilme sob nº 5119479

São Paulo, 11 de agosto de 2010

Escritor Autorizado

3112

